



Notas para uma história do ensino da literatura infantil na formação de professores primários no Brasil e em Portugal

Fernando Rodrigues de Oliveira

Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã, Rua Cherentes, 36, Centro, 17600-070, Tupã, São Paulo, Brasil.
 E-mail: fer.tupa@gmail.com

RESUMO. Com os objetivos de produzir uma história do ensino da literatura infantil no Brasil e em Portugal e compreender aspectos da história das disciplinas e culturas escolares nesses países, focalizam-se as prescrições para esse ensino nos cursos de formação de professores primários no Estado de São Paulo, Brasil e em Portugal, após a década de 1950. Por meio da análise de documentos oficiais, foi possível observar, dentre outros aspectos, que a disciplina 'Literatura infantil', no Brasil e em Portugal, acompanhou o movimento de construção de um ideal de formação de professores, coerente com a concepção de infância, com o movimento da produção literária infantil e com o processo de sistematização do discurso 'sobre' esse gênero, em cada país. Além disso, esse ensino esteve associado à disseminação, nos dois países, de modos específicos de pensar a literatura infantil, contribuindo para a conformação de práticas desse ensino, ainda vigentes.

Palavras-chave: ensino-aprendizagem, fundamentos da educação, história das disciplinas escolares, história comparada, história da educação.

Notes for a history of the teaching children's literature in teacher's formation courses for elementary school in Brazil and in Portugal

ABSTRACT. The purpose of this article is to produce a history of the teaching children's literature in Brazil and in Portugal and to understand aspects of the history of school subjects and school cultures in these countries. For this, we focus on the requirements for the teacher's formation courses for elementary school in São Paulo State, Brazil, and Portugal after 1950. Through analysis of official documents it was observed among other aspects that, although created in different historical moments, the school subject 'Children's Literature' followed the movement for the construction of an ideal of teacher formation, coherent with the concept of childhood, with the movement of the children's literary production and with the systematization process of the discourse about this literary genre in each country. Furthermore, this teaching was associated with the dissemination of specific ways of thinking about children's literature in both countries, contributing to current practices of teacher's formation.

Keywords: teaching and learning, foundations of education, history of school subject, comparative history, history of education.

Notas para una historia de la enseñanza de la literatura infantil en la formación de profesores primarios en Brasil y en Portugal

RESUMEN. Con los objetivos de producir una historia de la enseñanza de la literatura infantil en Brasil y en Portugal; y comprender aspectos de la historia de las asignaturas y culturas escolares en estos países, se centran los requisitos para esta enseñanza en los cursos de formación de profesores primarios en el Estado de São Paulo, Brasil y en Portugal, después de la década de 1950. Por medio del análisis de documentos oficiales, fue posible observar, entre otros aspectos, que la asignatura 'Literatura infantil', en Brasil y en Portugal, acompañó el movimiento de construcción de un ideal de formación de profesores, coherente con la concepción de infancia, con el movimiento de la producción literaria infantil y con el proceso de sistematización del discurso *sobre* este género, en cada país. Además, esta enseñanza estuvo asociada a la difusión, en los dos países, de modos específicos de pensar la literatura infantil, contribuyendo para la conformación de prácticas de esta enseñanza, aún vigentes.

Palabras clave: enseñanza-aprendizaje, fundamentos de la educación, historia de las asignaturas escolares, historia comparada, historia de la educación.

Introdução

Nas últimas décadas, as pesquisas brasileiras e portuguesas sobre história da formação de

professores têm aumentado de forma bastante significativa. No conjunto dessa produção, dentre os possíveis aspectos a serem estudados e

problematizados em relação aos cursos/instituições que formaram ou ainda formam os professores primários desses dois países, os relativos à história das disciplinas e matérias escolares vêm ganhando destaque.

Amparadas, especialmente, nas reflexões do historiador francês André Chervel, em interface com a produção de estudiosos do currículo, como Ivor Goodson e Thomas S. Popkewitz, dentre outros, essas pesquisas sobre história das disciplinas escolares circunscrevem-se na necessidade de compreensão dos modos como o ensino escolar, materializado na forma de disciplina/matéria escolar, coloca em ação as finalidades impostas às instituições de ensino no processo formativo de sujeitos (Chervel, 1990). Além disso, o estudo da constituição, da 'evolução' dos conteúdos, da permanência ou da exclusão das disciplinas/matérias escolares possibilita compreender aspectos mais específicos e ainda lacunares da história da formação de professores primários no Brasil e em Portugal.

Apesar de haver um conjunto significativo de pesquisas sobre diferentes disciplinas escolares dos cursos de formação de professores primários nesses dois países, nota-se a inexistência de estudos sobre algumas disciplinas, as quais, embora tenham, aparentemente, ocupado lugar de menor destaque nos currículos desses cursos, foram/são essenciais para pensarmos as iniciativas envolvidas no processo de formação dos professores brasileiros e portugueses.

Esse é o caso da disciplina 'Literatura infantil', que, no Brasil e em Portugal, passou a integrar o currículo dos cursos de formação de professores primários na segunda metade do século XX e teve papel de destaque no processo de formulação e disseminação de concepções específicas desse gênero literário e de formação de leitores.

Essa disciplina e o ensino por meio dela disseminado apresentaram, tanto no Brasil quanto em Portugal, característica peculiar, uma vez que não se tratava de disciplina que continha uma correspondente no nível de ensino para o qual os professores se formavam: o ensino primário/elementar. Ou seja, os alunos dos cursos de formação de professores primários não aprendiam literatura infantil para ensiná-la por meio de uma disciplina escolar específica na escola primária. Essa disciplina caracterizou-se como disciplina de formação teórica dos futuros professores, cujos conteúdos ensinados/aprendidos estavam a serviço, sobretudo, do ensino da leitura. Desse modo, o objetivo de se ensinar literatura infantil no curso de professores primários centrou-se, especialmente, na preparação desses profissionais para o trabalho com

textos literários na formação escolarizada das crianças, visando a atingir determinados efeitos, coerentes com projetos de educação e de (con)formação da infância.

Em decorrência dessas características, pensar sobre o lugar do ensino da literatura infantil na formação de professores suscita questões, tais como: o que motivou a criação/instituição da disciplina 'Literatura infantil' nos cursos de formação de professores primários no Brasil e em Portugal? Que questões históricas demandaram a necessidade de formar o futuro professor para o trabalho com o texto literário voltado à criança? De que modo essa disciplina se articulava com as demais disciplinas do currículo dos cursos de formação de professores primários nesses dois países? A que necessidades ou finalidades atendia? Como o ensino da literatura infantil se articulou com a produção literária voltada à infância e com a produção acadêmico-científica sobre esse assunto, nesses dois países?

Embora não seja possível e nem seja o propósito, aqui, apresentar respostas para todas essas questões, entende-se que pensar sobre o ensino da literatura infantil e sobre as questões envolvidas nesse gênero literário pode contribuir para avanços na compreensão de aspectos mais pontuais, porém não menos importantes, da história da formação de professores nesses dois países. Além disso, o estudo do ensino da literatura infantil, numa dimensão comparativa, pode contribuir para avanços na problematização de questões ainda pouco exploradas da história da formação de professores no Brasil e em Portugal, nos seus casos específicos, mas também numa perspectiva mais global, de trocas culturais e de circulação de saberes, especialmente nas décadas finais do século XX.

Em vista do exposto, objetivando contribuir para a produção de uma história do ensino da literatura infantil na formação de professores brasileiros e portugueses e para a compreensão de aspectos da história das disciplinas e culturas escolares nesses dois países, apresenta-se a análise de alguns aspectos da 'configuração textual' (Mortatti, 2000) de documentos oficiais que contêm prescrições para o ensino da literatura infantil, na segunda metade do século XX: nas Escolas Normais, nos Institutos de Educação, nas Escolas de 2º Grau e nos Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério, no Estado de São Paulo, Brasil¹; e nas Escolas do Magistério

¹No Brasil, até 1975, as Escolas Normais e os Institutos de Educação que ofereciam o Curso Normal eram as instituições responsáveis pela formação dos professores primários. Entre as décadas de 1970 e meados dos anos 1990, as Escolas de 2º Grau que ofereciam o curso de Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério tornaram-se as instituições responsáveis pela formação dos antigos professores primários, que, nesse período, passaram a ser denominados professores do ensino de 1º grau. A partir do final da década de 1980 até 2005, foram instalados, no estado de São Paulo, os Centros Específicos de Formação e

Primário e Escolas Superiores de Educação², em Portugal.

Em relação à opção por pensar o ensino da literatura infantil na formação de professores primários numa perspectiva comparada entre Brasil e Portugal, ela decorreu do fato de que foi possível identificar, no caso dos dois países, processos semelhantes de criação da disciplina ‘Literatura infantil’ e de instituição desse ensino na formação dos professores primários.

O ensino da literatura infantil no Brasil: o caso do Estado de São Paulo, Brasil³

No Brasil, após a instauração, em 1937, do regime político que ficou conhecido como Estado Novo, no conjunto das mudanças realizadas pelo governo nos diferentes setores da sociedade, iniciou-se, no âmbito educacional, um período de reformas a partir das chamadas ‘leis orgânicas do ensino’.

Para se adequar à ‘lei orgânica’ relativa ao Ensino Normal, Decreto-lei n.º 8.530, de 2 de janeiro de 1946, foi promulgado no Estado de São Paulo, em novembro de 1947, o Decreto n.º 17.698, que reestruturou todos os Cursos Normais desse estado. Dentre essas reestruturações, foi estabelecido currículo diferente para os Cursos Normais ministrados nas Escolas Normais, distribuídas pelo interior e pelo litoral de São Paulo, e para o Curso Normal ministrado no Instituto de Educação ‘Caetano de Campos’, localizado na capital paulista. À época, esse instituto, que abrigava o Departamento de Educação do Estado de São Paulo, órgão que administrava a educação paulista, era tido como instituição modelo para as demais escolas e institutos instalados pelo estado.

De acordo com os currículos estabelecidos por esse Decreto de 1947, a matéria ‘Literatura infantil’ constava como matéria do currículo do Curso Normal do Instituto de Educação ‘Caetano de Campos’, no 3º ano, com carga horária de 2 horas-aula semanais.

Nesse período, a justificativa para se institucionalizar o ensino da literatura infantil na formação de professores primários decorreu da ideia de que esse ensino deveria:

[...] constituir o meio de ‘oferecer à criança um rico tesouro de nobres pensamentos e belas formas de expressão na língua materna’ e ‘abrir amplos horizontes à inteligência e ao coração dos alunos, fazendo que estes prezem e compreendam os ideais

e valores puros do seu povo e da humanidade, como se refletem na história, na lenda, no conto e na poesia’ (Budin, 1949, p. 129).

Embora a iniciativa de criação da matéria ‘Literatura infantil’ tenha ocorrido em 1947, apenas dez anos depois, em 1957, essa matéria passou a ser obrigatória em todos os Cursos Normais oferecidos no Estado de São Paulo. Essa mudança ocorreu devido à promulgação da Lei n.º 3.739, de 22 de janeiro de 1957, que reformulou o Ensino Normal no estado, estabelecendo, dentre outros, currículo unificado para todas as instituições que formavam professores, e extinguiu as antigas matérias de ensino, criando novas disciplinas escolares, dentre as quais a de ‘Literatura infantil’.

Com a criação da disciplina ‘Literatura infantil’ e sua obrigatoriedade em todas as Escolas Normais e Institutos de Educação do Estado de São Paulo, foram publicados, em 1958, novos programas de ensino⁴ para os Cursos Normais desse estado. De acordo com esses programas, o ensino da literatura infantil era assim prescrito:

- 1) Origem e desenvolvimento da literatura infantil.
 - a) A tradição oral.
 - b) Fábulas, viagens, contos de fadas para adultos.
 - c) Primeiras coletâneas dos Contos Maravilhosos para adultos.
 - d) A literatura de ficção recreativa no século XIX.
 - e) A literatura infantil no Brasil. Os precursores (Século XIX), os propulsores do movimento: homens de letras e professores (século XX).
 - f) A expansão da literatura infantil brasileira nos últimos tempos. As publicações infante-juvenil.
- 2) Caracterização da literatura.
 - a) A literatura didática e a recreativa; fases e modalidades.
 - b) O ajustamento do literato à evolução da criança: a fase do egocentrismo e da socialização.
 - c) A poesia na literatura infantil: Os pequenos poemas e as fábulas em verso. Os cantos escolares.
 - d) Os requisitos literários morais e material do livro de literatura infantil.
- 3) Finalidades didática, psicológicas, sociais e morais da literatura infante-juvenil.
- 4) A biblioteca escolar infante-juvenil, finalidade e organização. Clubes de leitura.

Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM), que se tornaram as instituições responsáveis pela formação desses professores.

²Em Portugal, a partir da década de 1930 até meados da década de 1980, as instituições responsáveis pela formação dos professores primários eram as Escolas do Magistério Primário. A partir da década de 1980, essas escolas passaram a ser fechadas, em detrimento da criação das Escolas Superiores de Educação (ESE), responsáveis pela formação dos antigos professores primários, que, a partir de 1986, passaram a ser denominados professores do 1º ciclo do Ensino Básico.

³A opção por enfatizar aspectos do ensino da literatura infantil nos cursos de formação de professores primários do Estado de São Paulo decorreu do fato de que foi nesse estado que esse ensino foi instituído de modo pioneiro, no Brasil.

⁴Planos de ensino são documentos elaborados e publicados por órgãos oficiais, nos quais estão prescritos os conteúdos (assuntos) que os professores de determinada disciplina/matéria escolar deviam ensinar ao longo de um ano letivo.

- 5) O Teatro Infantil: representações infantis, teatro de sombras, de bonecos, de fantoches (São Paulo, 1958, p. 7-8).

Nesse programa de ensino, observa-se que as prescrições para o ensino da literatura infantil se centravam em dois pontos básicos: o primeiro versa sobre questões históricas de constituição e desenvolvimento desse gênero literário; e o segundo, sobre a conceituação, caracterização e estudo das finalidades e requisitos da literatura infantil para formação dos leitores.

Um ano após a publicação desse programa de ensino, foi publicado o Decreto n.º 35.100, de 17 de junho de 1959, que revogou a Lei n.º 3.739, de 1957, e estabeleceu nova organização para os Cursos Normais do Estado de São Paulo. Por causa dessa reforma, foram publicados, ainda em 1959, novos programas de ensino para os Cursos Normais, dentre os quais o de literatura infantil:

II – Literatura infantil:

- a) Origem e desenvolvimento;
- b) Literatura folclórica;
- c) Literatura de ficção no século XIX;
- d) Literatura infantil no Brasil: precursores e propulsores do movimento;
- e) Teatro Infantil;
- f) Poesia na Literatura infantil;
- g) Objetivos da literatura infanto-juvenil: Didático, Psicológico, Social e Moral.
- h) Biblioteca escolar infanto-juvenil (São Paulo, 1960, p. 45).

Apesar de esse novo programa se apresentar de forma mais sucinta, comparativamente ao de 1958, é possível observar que, em termos de definição dos conteúdos a serem ensinados, ele não apresenta grande diferença em relação ao programa anterior. O que se alterou, basicamente, foi a descrição dos conteúdos, os quais, nesse Programa de 1959, passaram a ser descritos de forma mais sintética.

Durante a década de 1960, os Cursos Normais paulistas passaram por algumas reformas, sobretudo em decorrência da promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, porém o ensino da literatura infantil se manteve sem alteração. Nesse período, continuaram a vigorar os programas de ensino que haviam sido estabelecidos em 1959.

Na década seguinte, 1970, no auge da Ditadura militar brasileira instaurada em 1964, a formação de professores primários no Brasil sofreu uma significativa mudança. Em 1971, foi promulgada a Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou as bases para o ensino de 1º e 2º graus no Brasil. Com

isso, os Cursos Normais foram extintos e, para substituí-los, foi criada a Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério (HEM), que veio a se tornar o curso que formava os professores para o antigo ensino primário, a partir de então, professores das quatro séries iniciais do ensino de 1º grau.

Nesse período, o Estado de São Paulo, para se adequar à nova Lei, publicou documento com sugestão de currículo para o curso de formação de professores na HEM, no qual a disciplina 'Literatura infantil' passou a integrar o conjunto de disciplinas da parte diversificada do currículo, devendo ser ministrada na 3ª e 4ª séries desse curso.

Em decorrência da implementação da HEM no Estado de São Paulo, a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas do Estado de São Paulo (CENP), órgão criado em 1976 pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo para tratar das questões relativas ao currículo escolar, publicou, em 1981, o documento *Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério*: guias curriculares para a parte diversificada da formação especial⁵, no qual constam sugestões relativas a algumas disciplinas, entre elas, 'Literatura infantil'.

De acordo com esse 'guia', a justificativa para essa disciplina integrar o currículo da HEM decorreu do fato de que os professores,

[...] que terão a seu cargo a educação de crianças, se reveste da maior importância se atentarmos para o fato de que essa disciplina coloca o professorando em face da problemática que envolve a leitura feita pela criança (São Paulo, 1981, p. 31).

Em razão disso, os conteúdos prescritos por esse 'guia' se organizam em quatro unidades, assim estabelecidas: unidade I - conceito de literatura infantil, função da literatura infantil, gêneros literários e infância; unidade II - acesso ao texto literário na antiguidade, literatura infantil nos séculos XVI, XVII e XVIII, literatura infantil no século XIX, literatura infantil no século XX; unidade III - origem da literatura infantil no Brasil, os 'pioneiros' da literatura infantil, Monteiro Lobato, autores especializados e literatura infantil na atualidade; e unidade IV - características da criança brasileira, o livro infantil no Brasil e bibliotecas escolares e infantis (São Paulo, 1981).

Concomitantemente ao funcionamento da HEM, a partir do final da década de 1980, foram instalados, a partir de projeto do Ministério da Educação e do Desporto brasileiro, os Centros

⁵A partir da década de 1970, com a extinção do Ensino Normal, o Estado de São Paulo deixou de publicar os documentos denominados 'programas de ensino' e passou a publicar os chamados 'guias curriculares', que continham as prescrições de conteúdos, objetivos, finalidades e bibliografia básica a serem abordados no âmbito de uma disciplina escolar.

Específicos de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM), nos quais era oferecido curso de Magistério, que formava os professores das quatro séries iniciais do ensino de 1º Grau e também os professores das pré-escolas. No caso do Estado de São Paulo, os CEFAMs passaram a ser instalados no ano de 1987, e a legislação que regulamentava a organização do currículo desses Centros era a mesma da HEM. Somente ao longo da década de 1990, com o gradativo fechamento da HEM, a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo passou a publicar legislação específica para os cursos de formação de professores ministrados nos CEFAMs. No entanto, para as disciplinas da parte diversificada do currículo, como era o caso da disciplina 'Literatura infantil', não foi publicada nova legislação.

Em 1996, no âmbito do processo de redemocratização do país, com o fim da Ditadura militar em 1985, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que, dentre outras alterações, fixou a recomendação de formação dos professores brasileiros da Educação infantil e do 1º ciclo do Ensino Fundamental, antigo ensino de 1º grau, apenas em cursos de nível superior (universitário). Com isso, os CEFAMs permaneceram em funcionamento no Estado de São Paulo até 2005, quando foram extintos, tendo em vista a publicação da Resolução n.º 119, de 7 de novembro de 2003. Essa resolução estabeleceu a obrigatoriedade da formação de professores para anos iniciais do ensino fundamental e educação infantil, em São Paulo, em cursos universitários. Desse modo, a manutenção do ensino da literatura infantil na formação de professores ficou a cargo de cada Universidade e/ou Faculdade, pois a organização dos currículos desses cursos é de responsabilidade de cada instituição.

O ensino da literatura infantil em Portugal

Em Portugal, após 1974, com o fim do regime político denominado Estado Novo, imposto pela ditadura de Antonio de Oliveira Salazar, os diversos setores da esfera pública e política desse país passaram por importantes reformulações. Dentre estas, o sistema de ensino ligado ao Ministério da Educação passou por um conjunto de modificações, a fim de tornar-se mais coerente com a reabertura política do país.

No âmbito dessas reformulações, as Escolas do Magistério Primário⁶, instituições então responsáveis

pela formação dos professores primários em Portugal, eram tidas como as instituições cujas mudanças se apresentavam de forma mais urgente (Pintassilgo, 2010). Com isso, essas Escolas passaram de “[...] instituições do regime a lugares de referência para as inovações pedagógicas [...]” (Pintassilgo, 2010, p. 32), tornando-se espaços de intenso debate sobre os rumos da educação nacional.

Esse aspecto refletiu, dentre outros, na reorganização do currículo dessas escolas, uma vez que era necessário excluir da formação dos futuros professores as marcas do regime ditatorial de Salazar.

Em 1974, com o objetivo de alterar o currículo das Escolas do Magistério Primário, foram publicados novos planos de estudos⁷, os quais continham as disciplinas e respectivas prescrições que comporiam a formação dos professores portugueses no ano letivo de 1974/1975. Esse novo plano, ainda provisório, foi estabelecido sob o chamado 'regime de experiências pedagógicas', por isso, no ano seguinte, 1975, foi definido novo plano de estudos para a formação dos professores primários.

No novo plano, foi instituída, pela primeira vez em Portugal, a disciplina 'Literatura infantil' no currículo das Escolas do Magistério Primário. Essa disciplina tinha carga horária semanal de 1 hora-aula e integrava a parte do currículo denominada 'Expressões', do 2º ano do curso. Segundo consta nesse plano de 1975, o ensino da literatura infantil tinha como objetivo ensinar os futuros professores a 'manejar' esse tipo de texto, levando em consideração as diferentes fases de desenvolvimento e níveis etários que os pequenos leitores passam ao longo da vida (Portugal, 1975, p. 52).

Em relação aos conteúdos a serem ensinados, esse plano apresenta, sob a forma de 'esboço', os seguintes: estudo da importância do texto de boa qualidade; distinção entre texto simples e texto banal; precauções com textos que retratam cenas de violência; estudo da importância do teatro na formação afetiva e imaginativa da criança; os livros de adaptação; e importância do aspecto gráfico do livro para que ele forme na criança o gosto pela leitura (Portugal, 1975).

Esse plano vigorou apenas no ano letivo de 1975/1976 e, em 1977, ainda no processo de reestruturação curricular das Escolas do Magistério Primário, foram definidos novos planos de estudos, também provisórios. No plano de 1977, a disciplina 'Literatura infantil' deixou de constar no currículo

⁶Em Portugal, na década de 1930, a formação de professores passou por um período bastante conturbado. Em 1926, com a Ditadura instaurada, as antigas Escolas Normais, identificadas com o regime republicano, foram extintas em 1930 e substituídas pelas chamadas Escolas do Magistério Primário. No entanto, essas escolas, em 1936, foram extintas. Após seis anos sem funcionarem em Portugal instituições para formação de professores primários, em 1942, as Escolas do Magistério Primário foram reabertas (Mogarro, 2001; Pintassilgo, 2010).

⁷Os planos de estudos referem-se a documentos publicados por órgãos oficiais de Portugal, que continham a relação das disciplinas que integrariam o currículo dos cursos de formação de professores e as respectivas prescrições de conteúdos a serem ensinados.

das Escolas do Magistério Primário, voltando a aparecer no ano seguinte, 1978, quando foram estabelecidos os planos definitivos.

Com isso, a disciplina 'Literatura infantil' passou a ter carga horária semanal de 2 horas-aula, no 2º ano do curso, vinculada à área de 'Expressão e comunicação'. A inserção dessa disciplina no currículo definitivo das Escolas do Magistério Primário deveu-se à justificativa de que seria uma grave omissão não preparar o futuro professor para analisar e orientar seus alunos na leitura de livros que justificam o esforço despendido na aprendizagem prática da leitura (Portugal, 1978). Em função disso, os objetivos do ensino da literatura infantil foram assim definidos: tornar esse gênero literário um mecanismo de comunicação com a criança; criar hábitos de leitura, despertando nela sensibilidade estética e aptidões criativas; fazer com que a literatura infantil se torne meio de formação, desenvolvimento 'harmônico' e fator aglutinante da 'ação pedagógica'; e fazer com que a literatura infantil se constitua como forma de aproveitamento pedagógico do patrimônio cultural literário.

Para a consecução desses objetivos, os conteúdos foram organizados da seguinte forma:

- 1 – Análise do papel do livro na vida da criança em paralelo com a evolução do conceito de criança assumido pela sociedade.
- 2 – Panorâmica muito geral da evolução das tendências da literatura infantil.
 - 2.1 – Predominância do factor pedagógico;
 - 2.2 – Predominância do factor moralizador, mas com preocupações de carácter lúdico;
 - 2.3 – Predominância do factor lúdico;
 - 2.4 – Preocupações de ordem psicológica;
 - 2.5 – Preocupações de ordem psico-pedagógicas;
 - 2.6 – Preocupações de ordem estética.
- 3 – Duas das tendências actuais: banda desenhada e ficção científica.
- 4 – Observação e análise de livros para crianças – produção nacional e estrangeira.
 - 4.1 – Critérios de observação;
 - 4.1.1 – Tema;
 - 4.1.2 – Ritmo (linguístico e gráfico) da obra;
 - 4.1.3 – Qualidade linguística e literária do texto;
 - 4.1.4 – Ilustração – sua distribuição, adequação e comunicabilidade;
 - 4.1.5 – Qualidade gráfica.
 - 4.2 – Categoria de obras a considerar na selecção dos títulos apresentados;
 - 4.2.1 – O livro que leva a criança a falar;
 - 4.2.2 – O livro que conduz reconhecimento de alguns vocábulos;
 - 4.2.3 – O livro para a primeira leitura duma obra completa;
 - 4.2.4 – O livro que inicia a criança no gosto pela poesia;
 - 4.2.5 – O livro que proporciona à criança o encontro consigo própria;
 - 4.2.6 – O livro que auxilia a criança na sua socialização;
 - 4.2.7 – O livro que revela à criança ambientes geográficos e humanos diferentes daqueles que a cercam;
 - 4.2.8 – O livro que fornece informação científica;
 - 4.2.9 – O livro que inicia a criança no conhecimento de obras de arte;
 - 4.2.10 – O livro que dê à criança – desde as primeiras fases de aprendizagem – o gosto pela comunicação com a obra lida, convidando-a a uma participação por meio de outras actividades (textos, pintura, cálculo, dramatização, observação de plantas e animais, música etc.).
- 5 – Níveis etários.
- 6 – Técnicas de apresentação e livros e de animação de bibliotecas, motivação de leitura.
 - 6.1 – Contos e poesia – sem apoio escrito, com apoio escrito, com apoio audio-visual;
 - 6.2 – Fantoques e dramatização;
 - 6.3 – Ateliers de expressão;
 - 6.4 – Concursos
- 7 – Utilização planificada dos conhecimentos e técnicas adquiridas; trabalho a realizar durante o período de práticas pedagógicas (Portugal, 1978).

Comparativamente ao plano anterior, esse de 1978 apresenta significativas diferenças, sobretudo porque apresenta, de forma mais detalhada, os conteúdos a serem trabalhados no âmbito da disciplina 'Literatura infantil'. Além disso, no plano de 1975, nota-se uma preocupação com o texto literário mais ligado às questões da formação e do desenvolvimento psíquico da criança. Já no plano de 1978, observa-se que os aspectos relativos à análise textual, à especificidade do texto em função dos objetivos educacionais e a inter-relação do texto literário com outras formas de arte passaram a ser objeto de ensino da literatura infantil na formação dos professores.

Embora fixado como 'definitivo', o plano de estudos estabelecido em 1978 permaneceu por pouco tempo em vigor. Em meados da década de 1980, as Escolas do Magistério Primário passaram a ser gradativamente extintas, em favor da criação das Escolas Superiores de Educação (ESE). Essa iniciativa se deu ainda no anseio de transformação da sociedade portuguesa, após as quatro décadas de ditadura.

Desse modo, à medida que eram criadas, as ESEs passaram a serem as instituições responsáveis pela formação dos professores do ensino infantil e do ensino básico português e, diferentemente das Escolas do Magistério Primário, integravam o sistema de ensino politécnico, conferindo grau de bacharel aos profissionais nelas formados.

No caso das ESEs, por se tratar de instituições com relativa autonomia, sobretudo no que se refere ao currículo, o ensino da literatura infantil esteve dependente de iniciativas de professores e/ou de Conselhos Científicos dessas Escolas, pois não havia, por parte do Ministério da Educação de Portugal, o estabelecimento de um currículo comum a ser seguido pelas escolas instaladas no país. Apesar disso, em grande parte das ESEs instaladas no território continental português, o ensino da literatura infantil foi mantido, porém, com variação de carga horária. Nesses casos, a responsabilidade de preparar os planos de ensino ficou a cargo dos professores que ocupavam essa cadeira. Com isso, observa-se que, a partir da década de 1980, o ensino da literatura infantil nos cursos de formação de professores em Portugal se tornou bastante variado.

Ainda hoje, as ESEs são as principais instituições responsáveis pela formação dos professores do 1.º ciclo do ensino básico em Portugal (que corresponde no Brasil ao 1º ciclo do ensino Fundamental), e o modo de funcionamento dessas instituições se mantém de forma bastante semelhante ao instituído quando da sua criação, nos anos 1980.

O ensino da literatura infantil no Brasil e em Portugal: algumas comparações

Embora o exercício de comparar seja bastante complexo, pois se corre o risco de apenas justapor estudos, o objetivo aqui é tentar compreender, nas singularidades do caso brasileiro e do caso português, de que forma e em quais contextos políticos, sociais e educacionais emergiu e se organizou, com possíveis aproximações e/ou distanciamentos, o ensino da literatura infantil na formação de professores primários.

A comparação aqui pretendida, portanto, é aquela que busca identificar:

[...] para além da imposição da versão/visão de um dos lados, normalmente tida como dominante, [as]: reciprocidades, múltiplas influências, mestiçagem e modificações passam a compor o horizonte interpretativo, numa geometria variável na qual os vetores e as linhas de força tomam direções antes insuspeitadas e afetam ambas as partes – e não apenas uma delas (De Luca, 2012, p. 11).

No que se refere à comparação do ensino da literatura infantil na formação de professores no Brasil e em Portugal, é possível notar que a criação da disciplina com a qual se instituiu esse ensino se deu em momentos históricos bastante diferentes nos dois países.

Para o caso do Brasil, toma-se como termo de comparação com Portugal o Estado de São Paulo, por

ter sido nesse estado que esse ensino foi instituído pioneiramente. Por conta disso, as iniciativas implementadas em São Paulo se tornaram modelo para os demais estados do país. Assim, se faz referência, em termos comparativos, ao Brasil, trata-se especificamente do Estado de São Paulo.

No Estado de São Paulo, a criação da disciplina 'Literatura infantil' data do final da primeira metade do século XX, tendo-se tornado obrigatório esse ensino em todo o estado dez anos depois, em 1957. Em Portugal, a instituição do ensino da literatura infantil ocorreu quase 30 anos após a iniciativa brasileira, num momento de efervescência política e ideológica, com o fim da Ditadura portuguesa.

Apesar do distanciamento temporal que marca as iniciativas de institucionalização do ensino da literatura infantil nos dois países, nota-se que as razões para tal empreendimento circunscrevem-se em justificativas aparentemente semelhantes: a necessidade de preparar os futuros professores para orientar a leitura (literária) das crianças. No entanto, o que se observa é que essa justificativa se deu a partir de lógicas diferentes.

No caso do Brasil, nas décadas de 1940 e 1950, com a expansão cada vez maior da escola primária, com o gradativo aumento do público leitor e a profissionalização das editoras e dos escritores, o mercado de livros voltados à infância alcançou um ritmo de crescimento acelerado (Lajolo & Zilberman, 1984). Nesse momento histórico, circulava, de forma cada vez mais abundante, um conjunto de novos títulos sob a rubrica 'literatura infantil', apesar de a qualidade desses livros ser bastante questionável (Lajolo & Zilberman, 1984). Com esse fenômeno de expansão da produção livreira voltada à leitura literária das crianças, alguns intelectuais e educadores brasileiros passaram a voltar suas atenções para o que se dava a ler às crianças brasileiras. Nesse movimento, começaram a ser implementadas, em alguns lugares do Brasil, iniciativas que visavam a controlar a produção e circulação desses livros, dentre as quais se encontra a criação da disciplina 'Literatura infantil' nos cursos de formação de professores primários no Estado de São Paulo.

No caso português, embora o movimento de expansão e consolidação do mercado editorial voltado à leitura literária para a criança apresente avanços importantes nas décadas de 1950 e 1960, foi somente com a reabertura política do país e, sobretudo, com o fim da censura que se

[...] favorecem o aparecimento de iniciativas ligadas à reflexão sobre o mundo da criança, a par de uma certa renovação do domínio da literatura que lhe é destinada (Gomes, 1998, p. 43).

Em Portugal, ainda que a preocupação com a leitura literária por parte da criança tenha sido o

pano de fundo para institucionalizar o ensino da literatura infantil na formação dos professores, o objetivo central parece ter sido menos o de controlar a circulação de determinados livros, como no caso brasileiro, mas o de adequar a formação dos professores às tendências de circulação e utilização desse tipo de texto na formação do leitor.

Essa diferença pode ser notada, também, nos modos como os primeiros programas de ensino foram elaborados em cada país. No caso dos programas paulistas, é possível observar que há um enfoque bastante grande na necessidade de conceituação da literatura infantil, em favor das funções sociais, morais e psicológicas a que deviam atender esses textos. No caso português, ainda que essa dimensão apareça, ela não se constitui como questão central, ou mesmo final, dos conteúdos prescritos para o ensino da literatura infantil. Nos programas portugueses, o estudo da literatura infantil parece associar-se especialmente à dimensão lúdica desse tipo de texto, como forma 'agradável' de 'praticar' a leitura.

Ainda em relação aos programas de ensino, é possível notar, no caso brasileiro, que a ideia de ensino de literatura infantil neles expressos apresenta relações com concepções da Psicologia comportamental. Questões como 'ajustamento' do texto literário à 'evolução' da criança, funções e requisitos psicológicos do texto literário, distinção entre literatura de recreação e literatura informativa são alguns dos pontos indicados nos programas paulistas e que se associam a teorias psicológicas.

No caso dos planos portugueses, na versão de 1975, é possível notar também certa influência da Psicologia, sobretudo quando se enfatiza a preocupação com os tipos de textos que contribuem para o desenvolvimento da criança. No entanto, no plano de 1978, o ensino da literatura infantil parece centrar-se especialmente no estudo de questões ligadas ao texto (tema, enredo, ritmo, ilustração etc.) e à aplicabilidade da literatura infantil na aprendizagem ('lúdica') de outros conteúdos escolares, como língua, história, geografia, ciências e artes.

Essas diferenças se associam às finalidades que se atribuíam aos professores e à formação escolarizada das crianças no momento histórico em que foram elaborados. No caso do Brasil, o ensino da literatura infantil indica estar associado, sobretudo, às preocupações de formação moral da criança, a fim de que os comportamentos representados nos livros se tornem exemplos a serem seguidos. No caso português, ainda que essa finalidade também esteja presente, ela concorre na mesma medida com enfoque mais didatizado da literatura infantil, no

sentido de que os textos são formas 'lúdicas' de aprendizagem de conjunto variado de conteúdos.

Outro aspecto bastante importante em relação ao ensino da literatura nos dois países refere-se ao modo como esse campo foi se constituindo, após a criação da disciplina.

No Brasil, quando a disciplina foi criada, embora a literatura infantil já estivesse, há pelo menos duas décadas, ocupando as atenções de alguns educadores e intelectuais ligados à educação, ainda eram escassos textos que tratavam de modo mais específico desse gênero literário. Com a criação da disciplina, passaram a ser publicados manuais voltados ao ensino da literatura, foram ministrados cursos sobre o assunto (que posteriormente resultaram em publicação em livro) e se constituíram grupos de educadores voltados a pensar especificamente a literatura infantil e suas relações com o ensino e a formação de crianças (por exemplo, o Centro de Estudos de Literatura Infantil e Juvenil, criado na década de 1960, e a Academia Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil, criada na década de 1970). Foi desse movimento, decorrente da criação da disciplina 'Literatura infantil', que a produção sobre esse assunto cresceu nas décadas subsequentes.

Em Portugal, essa questão deu-se de modo um pouco diferente. A criação da disciplina 'Literatura infantil' decorreu, como aponta Torrado (2013), do envolvimento de alguns educadores que já tinham 'sensibilidade' para a literatura infantil e que, antes do fim da Ditadura, já defendiam a importância desse ensino na formação de professores. Tratava-se, segundo Torrado (2013), de um grupo formado por escritores e professores mais ligados às questões lúdicas, que viam na literatura infantil (e em outros elementos artísticos) um importante instrumento formativo. Ainda sobre Portugal, foi desse grupo de educadores e escritores que saíram alguns dos sujeitos envolvidos com a remodelação educacional do país no pós-ditadura, em 1974, como é o caso de Natércia Rocha, escritora que teve papel importante na criação da disciplina 'Literatura infantil', na década de 1970, junto ao Ministério da Educação de Portugal.

Apesar dessas diferenças, nota-se que tanto no Brasil quanto em Portugal a criação da disciplina 'Literatura infantil' contribuiu tanto para a especialização de alguns professores e pesquisadores no estudo desse gênero literário, como também para o crescimento de iniciativas em torno dessa questão, tais como: crescimento de publicações; criação de instituições e/ou projetos de disseminação da leitura literária para a infância; sistematização do debate e, de certo modo, de um campo específico de estudo; e alavanque da produção literária.

Considerações finais

Pelo exposto, ainda que muitos outros aspectos pudessem ser levantados em relação à comparação do ensino da literatura infantil no Brasil e em Portugal, a análise dos resultados obtidos possibilita compreender importantes aspectos do processo de instituição e sistematização desse ensino em cursos de formação de professores no Brasil e em Portugal.

Apesar de apresentar diferenças, especialmente porque a organização dos cursos de formação de professores no Brasil e em Portugal se deu de modo diferente, observa-se que as prescrições para o ensino da literatura infantil acompanharam o movimento de construção de um ideal de Educação (e Nação), coerentes com a concepção de infância, com o movimento da produção literária infantil e com o processo de sistematização do discurso sobre esse gênero, em cada país. Além disso, o ensino da literatura infantil em ambos os países contribuiu para a disseminação de modos específicos de se pensar a literatura infantil, corroborando a conformação de práticas desse ensino. Desse modo, ainda que as questões relativas ao ensino da literatura infantil tenham tido pouco destaque no âmbito da história da formação de professores, o seu estudo pode contribuir sobremaneira para preencher algumas lacunas ainda presentes na historiografia da formação de professores no Brasil e em Portugal.

Referências

- Brasil. (1946). *Decreto-Lei n.º 8.530, de 2 de janeiro de 1946*. Recuperado de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Brasil. (1961). *Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4024.htm
- Brasil. (1971). *Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5692.htm
- Brasil. (1996). *Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm
- Budin, J. (1949). *Metodologia da linguagem: para uso das escolas normais e institutos de educação*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional.
- Chervel, A. (1990). História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educaçã*, (2), 117-229.
- De Luca, T. (2012). Prefácio à edição brasileira. In V. Guimarães (Ed.), *Transferências culturais: o exemplo da imprensa na França e no Brasil*. Campinas, SP: Mercado das Letras.
- Gomes, J. A. (1998). *Para uma história da literatura portuguesa para a infância e a juventude*. Lisboa, Portugal: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.
- Lajolo, M., & Zilberman, R. (1984). *Literatura infantil brasileira: história & histórias*. São Paulo, SP: Ática.
- Mogarro, M. J. (2001). *A formação de professores no Portugal contemporâneo: a Escola do Magistério Primário de Porto Alegre* (Tese de Doutorado). Universidade de Extremadura, Espanha.
- Mortatti, M. R. L. (2000). *Os sentidos da alfabetização: São Paulo/1876-1994*. São Paulo, SP: Unesp.
- Pintassilgo, J. (2010). *A formação de professores em Portugal*. Lisboa, Portugal: Edições Colibri.
- Portugal. (1975). *Plano de Estudos das Escolas do Magistério Primário e Infantil*. Lisboa, Portugal: Direcção Geral do Ensino Básico.
- Portugal. (1978). *Plano de estudos. Programas das Escolas do Magistério Primário*. Lisboa, Portugal: Ministério da Educação e Cultura.
- São Paulo. (1947). *Decreto n.º 17.698, de 26 de novembro de 1947*. [Coleção de leis e decretos do Estado de São Paulo]. São Paulo, SP: Imprensa Oficial.
- São Paulo. (1957). *Lei Estadual n.º 3.739, de 22 de janeiro*. [Coleção de leis e decretos do Estado de São Paulo]. São Paulo, SP: Imprensa Oficial.
- São Paulo. (1958). *Programas do curso normal*. São Paulo, SP: Editora do Brasil.
- São Paulo. (1959). *Decreto n.º 35.100, de 17 de junho de 1959*. [Coleção de leis e decretos do Estado de São Paulo]. São Paulo, SP: Imprensa Oficial.
- São Paulo. (1960). *Legislação do ensino normal no Estado de São Paulo, atualizada até 30 de abril de 1960*. n. 4, abr. 1960. São Paulo, SP: Secretaria de Estado dos Negócios da Educação.
- São Paulo. (1981). *Habilitação específica de 2º Grau para o magistério: guias curriculares para a parte diversificada da formação especial*. São Paulo, SP: CENP.
- São Paulo. (2014). Resolução n.º 119, de 07 de novembro de 2003. São Paulo. *Diário Oficial*. Recuperado de http://www.deadamantina.edunet.sp.gov.br/legislacao/res_SE_119_2003.htm
- Torrado, A. (2013). *Entrevista*. Lisboa, 2013 (mimeo).

Received on June 10, 2015.

Accepted on August 27, 2015.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.